



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

14/01/2016 ATÉ 14/01/2016



INDÍCE

1	JUIZADOS ESPECIAIS	
	1.1 SINDJUS.....	1
2	PORTAL DO JUDICIÁRIO	
	2.1 SITE CNJ.....	2
3	VARA CRIMINAL	
	3.1 SITE CNJ.....	3
	3.2 SITE JUSBRASIL.....	4

Incêndio deixa Juizado de Ribamar sem sistemas e sem internet

Um incêndio no interior das dependências do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, deixou a unidade sem condições de funcionamento. De acordo com o juiz Marcelo Libério, titular do juizado, o incidente foi na madrugada desta terça-feira, 12.

“Fui informado logo nas primeiras horas do dia de hoje que o incêndio teria se iniciado no rack que distribui rede para o prédio, onde os nobreaks funcionam 24h sem parar. O segurança teria notado uma grande quantidade de fumaça e acionou um bombeiro”, disse Libério, por telefone.

E segue: “Ainda não temos uma avaliação mais precisa sobre onde o incêndio teria realmente começado e as proporções em termos de funcionamento da unidade judicial. Existe a possibilidade da Oi fazer uma perícia no sentido de descobrir as causas e como o incêndio começou”. Ele enfatizou que sem internet não há como acessar os sistemas e dar andamento nos trabalhos processuais. “Nem mesmo uma simples consulta poder ser feita set rede lógica”, concluiu.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, disse que as providências de urgência já foram tomadas, e acionou a Divisão de Informática da Corregedoria Geral da Justiça no sentido de avaliar os danos e, posteriormente, iniciar o trabalho de reestruturação da rede lógica do juizado. Ela destacou, ainda, que a Divisão de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão também já se deslocou para avaliar a situação. Ela conversou com a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, que se prontificou a agilizar o trabalho de recuperação do juizado. “A corregedoria não vai medir esforços para que o juizado ribamarense volte à normalidade o quanto antes. Se preciso for, atuaremos junto à presidência do TJ para recuperar a unidade. O jurisdicionado de Ribamar não pode sair prejudicado”, afirmou Anildes.

Maranhão atualiza sistema digital destinado à assistência carcerária

O cadastro de requisições de atendimento e registro de denúncias de casos que envolvam irregularidades no sistema carcerário maranhense já pode ser feito digitalmente, pelo Sistema UMF, no Portal do Poder Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), na seção “cidadão”, no link do monitoramento carcerário. Com a ferramenta, partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes podem cadastrar solicitações como emissão de documentos, inclusão de apenados em curso de qualificação profissional, informações processuais, inspeções, regularização de guia de internação e vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros.

O serviço facilita o acesso do cidadão ou autoridades no monitoramento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou familiares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos, segundo o coordenador geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Poder Judiciário (UMF), desembargador Froz Sobrinho. “Os interessados podem monitorar as fases e fiscalizar a tramitação e possíveis irregularidades judiciais, que porventura envolvam processos criminais”, esclarece.

O sistema foi especificado e desenvolvido pelo corpo técnico do tribunal e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos da corte, incluindo-se entre as medidas para aprimorar a comunicação com o público externo, facilitar o acesso à Justiça e promover a cidadania.

Sigilo - Ao acessar o sistema, o usuário pode acompanhar o avanço da solicitação até o fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou responder à solicitação, conforme meta interna do TJMA. “Os pedidos e denúncias são cadastrados no sistema de forma sigilosa, garantindo a segurança dos usuários”, informa o coordenador executivo da UMF, Ariston Júnior.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará a solicitação à Secretaria Estadual de Justiça (Sejap) ou outro órgão competente.

Corregedoria discute efetivação de audiências de custódia em comarcas

Reunião realizada na terça-feira (12/1) entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) do Maranhão tratou da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do estado. A corregedora Anildes Cruz discutiu com o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos a serem adotados nessas audiências.

A corregedora explicou que, ao ajustar o início dos trabalhos para a regulamentação dos procedimentos, a Corregedoria se antecipou ao prazo de 90 dias estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para adequação à Resolução 213/2015, que regulamenta as audiências de custódia. “Ouviremos as instituições envolvidas e os magistrados das comarcas onde ocorrerão as audiências como forma de darmos vazão à gestão compartilhada”, afirmou a desembargadora.

Os juízes auxiliares da Corregedoria José Américo Abreu e Rosângela Prazeres participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias. A discussão dos procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

Diversas reuniões ocorrerão sistematicamente para encaminhar os assuntos sobre o tema. “A próxima reunião será no dia 19 de janeiro, às 10h, com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Sejap e Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI)”, informou a juíza auxiliar da CGJ, Rosângela Prazeres.

Apresentação - As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução 213/2015, editada em 15 de dezembro. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas e o outro sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.

Corregedoria discute efetivação de audiências de custódia em comarcas

Reunião realizada na terça-feira (12/1) entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) do Maranhão tratou da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do estado. A corregedora Anildes Cruz discutiu com o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos a serem adotados nessas audiências. A corregedora explicou que, ao ajustar o início dos trabalhos para a regulamentação dos procedimentos, a Corregedoria se antecipou ao prazo de 90 dias estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para adequação à Resolução 213/2015, que regulamenta as audiências de custódia. “Ouviremos as instituições envolvidas e os magistrados das comarcas onde ocorrerão as audiências como forma de darmos vazão à gestão compartilhada”, afirmou a desembargadora.

Os juízes auxiliares da Corregedoria José Américo Abreu e Rosângela Prazeres participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias. A discussão dos procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

Diversas reuniões ocorrerão sistematicamente para encaminhar os assuntos sobre o tema. “A próxima reunião será no dia 19 de janeiro, às 10h, com a Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Sejap e Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI)”, informou a juíza auxiliar da CGJ, Rosângela Prazeres.

Apresentação - As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução 213/2015, editada em 15 de dezembro. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas e o outro sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.